

Exmos Convidados

Caras e caros delegados.

Esta reflexão surge no âmbito do Seminário *Escola a Tempo Inteiro: E se houvesse ventos de mudança?... Lançar sementes para o futuro* promovido pelo Sindicato dos Professores da Madeira no passado mês de fevereiro e incluída na *Campanha Nacional do 1º Ciclo - Caminhos para a sua Valorização*.

Esta reflexão incide essencialmente nas razões que levaram à implementação desta medida política nas escolas públicas da Região Autónoma da Madeira. Na verdade, é imperioso lançar um olhar comparativo ao projeto inicial e àquilo em que hoje se tornaram as ETI. Houve, de facto, uma adulteração do conceito inicial e, acima de tudo, uma fraca avaliação e desenvolvimento do regime educativo, a par do desenvolvimento social das famílias.

Na sua génese, terá sido a criação deste regime uma medida política eminentemente educativa ou social? Ou, por outro lado, os seus fundamentos basear-se-ão numa lógica de redesenhar o ensino no 1º Ciclo através de um novo modelo educativo?

A Escola a Tempo Inteiro nasce da observação do terreno de outras experiências bem como da necessidade de garantir o prolongamento das crianças num local adequado após as atividades curriculares e durante a permanência dos progenitores nos seus afazeres laborais, assim como da premência do reordenamento da rede escolar.

Devido à causa social, o horário de funcionamento das Escolas a Tempo Inteiro, como o próprio nome sugere, funcionam das 8h15 às 18h15 ou das 8h30 às 18h30. À crítica de que a escola seria um armazém ou um estacionamento de crianças, os governantes respondem com o argumento de que é função da instituição educativa oferecer alternativas válidas às famílias que, por opção ou impossibilidade real não possam estar mais tempo com as suas crianças. As escolas ao fechar às 15h30min não colocariam as crianças mais tempo com as suas famílias, não resolveriam a situação dos pais que trabalham e criariam espaços temporais em “vazio” que, nestas idades podem ser determinantes e desviantes para o seu futuro. A visão da tutela culmina, colocando a tónica na importância de as crianças terem atenção e enquadramento e estarem ocupadas por técnicos responsáveis. Será importante as crianças estarem ocupadas por técnicos responsáveis, leiam-se professores, ou será de facto imprescindível o desenvolvimento de competências que contribuam para a formação integral das crianças, com vista a melhorar o seu sucesso escolar?

Assim, a intervenção da escola dever-se-á centrar no plano cognitivo e pedagógico, até porque a problemática do insucesso escolar está na escola e é lá que deve ser resolvida, através de estratégias que focalizam a sua atenção na capacidade de fazer com que os alunos aprendam. A organização escolar deverá privilegiar o desenvolvimento da escola enquanto instituição promotora de aprendizagens e, conseqüentemente, de sucesso escolar.

Desta forma, aprez-me questionar: de que forma o regime de criação das Escolas a Tempo Inteiro contribui para este cenário?

Volvidos cerca de 18 anos, o enfoque já não se pode centrar nas questões de ordem sociológica, mas sim nas questões educativas e pedagógicas. Lembremo-nos, pois, da questão que António Nóvoa nos impõe acerca do transbordamento da escola, que tende a esquecer a sua verdadeira missão: a aprendizagem. Segundo o autor, a escola ocupou-se de outras missões e, por isso, descuroou o essencial.

É curioso e interessante perceber que hoje, nas nossas escolas, a realidade afasta-se cada vez mais das premissas de 2002 acerca das ETI, nomeadamente a reformulação de um modelo educativo face a uma nova realidade social, complexa, que afasta soluções uniformes, globalizadoras e que aposta em modos diferenciados de construir e realizar as finalidades educativas.

Em 2016, este discurso demagógico encontra os seus principais obstáculos na legislação emanada pela própria tutela, que impõe e controla as atividades de enriquecimento curricular, contrariando a legitimidade do projeto educativo da escola; as divisões de serviço responsáveis pelas diferentes áreas fazem saber a carga horária para cada “disciplina” e os conteúdos curriculares que a mesma deverá contemplar. Além disso, existem plataformas eletrónicas, através das quais os professores registam as faltas e presenças dos alunos bem como sumariam os conteúdos desenvolvidos em atividades de carácter facultativo. Muitas vezes, os alunos sentem pressão, quando essa não é a opção da família, em frequentar as atividades de enriquecimento curricular e, deste modo, passar dez horas na escola, sob o argumento de “ficarem atrasados na matéria” ou “não acompanharem o ritmo da turma em relação aos conteúdos”. Nesta matéria, muitos professores organizam a sua atividade pedagógica de oferta facultativa como complemento à atividade curricular, porém muitos outros entendem as diversas horas semanais como um contínuo. A linha que separa a organização das atividades curriculares das de enriquecimento curricular é muito ténue, tornando-se por vezes difícil desmitificar a não obrigatoriedade destas últimas.

Na minha opinião, o modelo, o modo de organizar a escola deverá ser repensado, pois os governantes em matéria de educação continuam a reclamar melhores resultados e mais sucesso escolar.

Se a Escola a Tempo Inteiro proporciona aos alunos tempo de recreio, tempo de estudo individual e novas aprendizagens, sejam estas ao nível de uma língua estrangeira, das TIC, do desporto ou das expressões artísticas, se as escolas passaram a possuir mais recursos socioeducativos, como bibliotecas, computadores e jogos didáticos que, para muitos alunos, são recursos únicos, então como explicar a prevalência de maus resultados e a da subida dos índices de disciplina?

Com certeza que estes efeitos não se ficarão a dever apenas a este regime de escola, mas é, certamente, uma questão importante que deve urgentemente ser objeto de avaliação e melhoria.

Vivam os Professores! Viva a FENPROF! Viva o 12º Congresso dos Professores!

Adérta Cristina Pereira Fernandes - Sindicato dos Professores da Madeira